



Simulado de Direito Constitucional: Poder Legislativo
(CESPE/PC-GO/2016)

01) A Câmara dos Deputados e o Senado Federal são compostos por representantes dos estados, eleitos por meio do sistema proporcional.

Comentário:

CF/88. Art. 45. A **Câmara dos Deputados (Câmara Baixa)** compõe-se de **representantes do povo**, eleitos, pelo **sistema proporcional**, em **cada Estado**, em cada **Território** e no **Distrito Federal**.

CF/88. Art. 46. O **Senado Federal (Câmara Alta)** compõe-se de **representantes dos Estados** e do **Distrito Federal**, eleitos segundo o **princípio majoritário**.

Câmara dos Deputados x Senado Federal	
Câmara dos Deputados	Senado Federal
Representantes do povo	Representantes dos Estados
Sistema proporcional	Princípio majoritário
513 Deputados Federais	81 Senadores

Gabarito: Errado.

(CESPE/EMAP/2018)

02) A criação de cargo público federal é matéria que cabe ao Congresso Nacional dispor, mas depende da sanção do presidente da República.

Comentário:

CF/88. Art. 48. Cabe ao **Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República**, não exigida esta para o especificado nos arts. 49, 51 e 52, dispor sobre todas as matérias de **competência da União**, especialmente sobre:

X – **criação, transformação e extinção de cargos, empregos e funções públicas**, observado o que estabelece o art. 84, VI, b;

Gabarito: Correto.

(INSTITUTO AOCP/Prefeitura de Betim - MG/2020)

03) Compete privativamente ao Senado Federal proceder à tomada de contas do Presidente da República, quando não apresentadas ao Congresso Nacional dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa.

Comentário:

CF/88. Art. 51. Compete **privativamente à Câmara dos Deputados**:

II - proceder à **tomada de contas do Presidente da República**, quando **não apresentadas** ao **Congresso Nacional** dentro de **sessenta dias** após a abertura da sessão legislativa.

Gabarito: Errado.

(CESPE/PGM - Campo Grande - MS/2019)

04) Compete privativamente ao Senado Federal avaliar periodicamente o desempenho das administrações tributárias dos municípios.

Comentário:

CF/88. Art. 52. Compete **privativamente ao Senado Federal**:

XV - **avaliar periodicamente** a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional, em sua estrutura e seus componentes, e o **desempenho das administrações tributárias** da União, dos Estados e do Distrito Federal e dos **Municípios**.

Gabarito: Correto.

(CESPE/IPHAN/2018)

05) Compete à Câmara dos Deputados autorizar a instauração de processo contra o presidente da República, e ao Senado Federal compete o seu processamento e julgamento, nos casos de crimes de responsabilidade.

Comentário:

CF/88. Art. 51. Compete **privativamente à Câmara dos Deputados**:



I - autorizar, por **dois terços** de seus membros, a **instauração de processo** contra o **Presidente** e o **Vice-Presidente da República** e os **Ministros de Estado** (este último apenas quando o crime for conexo com o do Presidente); (**Juízo de Admissibilidade**);

CF/88. Art. 52. Compete **privativamente** ao **Senado Federal**:

I - processar e julgar o **Presidente e o Vice-Presidente da República nos crimes de responsabilidade**, bem como os **Ministros de Estado** e os **Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica** nos crimes da mesma natureza **conexos** com **aqueles**; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 23, de 02/09/99)

II processar e julgar os **Ministros do Supremo Tribunal Federal**, os membros do **Conselho Nacional de Justiça** e do **Conselho Nacional do Ministério Público**, o **Procurador-Geral da República** e o **Advogado-Geral da União** nos **crimes de responsabilidade**; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

Compete privativamente ao Senado Federal processar e julgar nos Crimes de Responsabilidade
<ul style="list-style-type: none"> * Presidente e Vice-Presidente da República; * Ministros de Estado e os Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica nos crimes da mesma natureza conexos do Presidente e Vice; * Ministros do STF; * Membros do CNJ e CNMP; * Procurador-Geral da República; * Advogado-Geral da União.

Gabarito: Correto.

(CESPE/PC-AL/2012)

06) O Poder Legislativo Federal é bicameral e exercido pelo Congresso Nacional, que é composto pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal. A inauguração da sessão legislativa é feita em sessão conjunta da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

Comentário:

Poder Legislativo (Âmbito Federal)
É bicameral (S.F + C.D)
Congresso Nacional é um órgão federal formado pelo Senado Federal (Representa os Estados e D.F) e Câmara dos Deputados (Representa o Povo). No total, o Poder Legislativo possui três órgãos (C.N = S.F + C.D).
Cada Casa legislativa atua de forma autônoma com seu próprio regimento , mas essas Casas podem, em certos casos , realizarem sessões conjuntas , porém, fazendo a votação dentro de cada casa .
OBS: Os municípios não possuem representantes no Poder Legislativo Federal .
Poder Legislativo (Âmbito Estadual e Municipal)
Estado: É Unicameral (Assembleia Legislativa)
Município: É Unicameral (Câmara Municipal)

CF/88. Art. 57. § 3º Além de outros casos previstos nesta Constituição, a **Câmara dos Deputados** e o **Senado Federal** reunir-se-ão em **sessão conjunta** para:

I - **inaugurar a sessão legislativa**;

II - elaborar o **regimento comum** e regular a **criação de serviços comuns** às duas Casas;

III - receber o compromisso do **Presidente e do Vice-Presidente da República**;

IV - **conhecer do veto** e sobre ele **deliberar**.

Sessão Conjunta - Hipóteses
I - inaugurar a sessão legislativa ;
II - elaborar o regimento comum e regular a criação de serviços comuns às duas Casas;
III - receber o compromisso do Presidente e do Vice-Presidente da República ;
IV - conhecer do veto e sobre ele deliberar .



Gabarito: Correto.

(CESPE/STF/2013)

07) Acerca da disciplina constitucional atinente ao Congresso Nacional, julgue o item a seguir.

Na sessão legislativa extraordinária, o Congresso Nacional somente deliberará sobre as matérias que constem da pauta da convocação. Entretanto, se houver medidas provisórias em vigor na data da convocação, serão elas automaticamente incluídas no rol das matérias a serem apreciadas.

Comentário:

CF/88. Art. 57. § 7º Na **sessão legislativa extraordinária**, o Congresso Nacional **somente** deliberará sobre a **matéria para a qual foi convocado**, **ressalvada** a hipótese do § 8º (**medidas provisórias**) deste artigo, **vedado o pagamento de parcela indenizatória, em razão da convocação**.

CF/88. Art. 57. § 8º Havendo **medidas provisórias** em vigor na data de convocação extraordinária do Congresso Nacional, serão elas **automaticamente incluídas** na pauta da convocação.

Sessão Legislativa Extraordinária – Discussão de Matéria	
Regra	Exceção
O CN deliberará somente sobre a matéria para a qual foi convocado.	Existindo Medida Provisória , esta será incluída automaticamente .

Gabarito: Correto.

(FCC/AL-AP/2020)

08) Senador que tiver suspensos os direitos políticos perderá o mandato por ato declaratório da Mesa do Senado Federal, de ofício ou mediante provocação de membro ou partido político com assento no Congresso Nacional, assegurada a ampla defesa.

Comentário:

Perda do Mandato dos Parlamentares	
Por decisão pelo Plenário da C.D ou pelo S.F	Por declaração da Mesa da Casa respectiva – Perda Automática .
<ul style="list-style-type: none"> * Infringir qualquer das proibições estabelecidas no artigo anterior; * Cujos procedimentos foram declarados incompatíveis com o decoro parlamentar; * Sofrer condenação criminal em sentença transitada em julgado. 	<ul style="list-style-type: none"> * Deixar de comparecer, em cada sessão legislativa, à terça parte das sessões ordinárias da Casa a que pertencer, salvo licença ou missão por esta autorizada; * Perder ou tiver suspensos os direitos políticos; * Decretar a Justiça Eleitoral, nos casos previstos nesta Constituição;
Mediante Provocação da respectiva Mesa ou de partido político .	De ofício ou mediante provocação

Gabarito: Correto.

(IADES/AL-GO/2019)

09) Em função do requisito da temporariedade, o prazo de funcionamento da CPI estadual, embora possa ser prorrogado, não pode ultrapassar a sessão legislativa em curso, na qual a CPI estadual tenha sido criada.

Comentário:

As CPIs **não podem** ultrapassar o tempo de uma **legislatura (04 anos)**. Porém, podem ultrapassar o período de uma sessão legislativa.

Legislatura X Sessão Legislativa	
Legislatura	Sessão Legislativa
Duração de 04 anos .	Duração de 01 ano ; Divide-se em Sessão Legislativa : * Ordinária : 02/02 a 17/07 – 01/08 a 22/12. * Extraordinária : Convocação do C.N fora do período da SLO.

Gabarito: Errado.

(CESPE/PGM - Manaus - AM/2018)



10) As CPI instauradas no âmbito do Congresso Nacional podem determinar o bloqueio dos bens de um investigado.

Comentário:

O que a CPI pode fazer
* Convocar ministro de Estado;
* Tomar depoimento de autoridade federal, estadual ou municipal;
* Ouvir suspeitos (que têm direito ao silêncio para não se autoincriminar) e testemunhas (que têm o compromisso de dizer a verdade e são obrigadas a comparecer);
* Ir a qualquer ponto do território nacional para investigações e audiências públicas;
* Prender em flagrante delito;
* Requisitar informações e documentos de repartições públicas e autárquicas;
* Requisitar funcionários de qualquer poder para ajudar nas investigações, inclusive policiais;
* Pedir perícias, exames e vistorias , inclusive busca e apreensão (vetada em domicílio);
* Determinar ao Tribunal de Contas da União (TCU) a realização de inspeções e auditorias; e
* Quebrar sigilo bancário, fiscal e de dados (inclusive telefônico, ou seja, extrato de conta e não escuta ou grampo).
O que a CPI não pode fazer
* Condenar;
* Determinar medida cautelar , como prisões, indisponibilidade de bens, arresto, sequestro;
* Determinar interceptação telefônica e quebra de sigilo de correspondência;
* Impedir que o cidadão deixe o território nacional e determinar apreensão de passaporte;
* Expedir mandado de busca e apreensão domiciliar; e
* Impedir a presença de advogado do depoente na reunião (advogado pode: ter acesso a documentos da CPI; falar para esclarecer equívoco ou dúvida; opor a ato arbitrário ou abusivo; ter manifestações analisadas pela CPI até para impugnar prova ilícita).

Gabarito: Errado.